

“SEM CASA POR DENTRO”: CUIDADO, INFÂNCIA E PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL

“HOMELESS FROM WITHIN”: CARE, CHILDHOOD, AND THE MAKING OF PSYCHOSOCIAL SUFFERING

“SIN CASA POR DENTRO”: CUIDADO, INFANCIA Y PRODUCCIÓN DEL SUFRIMIENTO PSICOSOCIAL

Francisco Ribeiro Delgado Filho¹

RESUMO: Este artigo analisa a produção do sofrimento psicossocial a partir de um caso singular de infância marcada por cuidado contínuo e parcial estabilidade material, mas atravessada pela ausência de abrigo subjetivo. Em diálogo com a psicologia social crítica, o caso é mobilizado não como exemplo representativo, mas como analisador, operador conceitual e ponto de condensação de forças históricas, normativas e afetivas implicadas na produção social das infâncias. Argumenta-se que determinadas formas de cuidado, ao privilegiarem adaptação, funcionalidade e silenciamento afetivo, podem gerar modos específicos de sofrimento que não se expressam como ruptura, mas como hiperfuncionamento, vergonha do prazer e dificuldade de habitar vínculos estáveis na vida adulta. Ao falar de infâncias no plural, o texto desnaturaliza modelos hegemônicos de cuidado e propõe compreender o sofrimento não como falha individual, mas como efeito relacional e socialmente produzido. O artigo contribui para o debate crítico sobre infância, cuidado e saúde mental ao evidenciar sofrimentos pouco nomeados na literatura psicossocial.

Palavras-chave: Infância. Sofrimento Psicossocial. Psicologia Social Crítica.

ABSTRACT: This article analyzes the production of psychosocial suffering through a singular case of childhood marked by continuous care and partial material stability, yet traversed by the absence of subjective shelter. In dialogue with critical social psychology, the case is mobilized not as a representative example, but as an analyzer, a conceptual operator, and a point where historical, normative, and affective forces implicated in the social production of childhoods condense. It argues that certain forms of care, by privileging adaptation, functionality, and affective silencing, can generate specific modes of suffering that do not appear as rupture, but as hyperfunctioning, shame around pleasure, and difficulty inhabiting stable bonds in adult life. By speaking of childhoods in the plural, the text denaturalizes hegemonic models of care and proposes understanding suffering not as an individual failure, but as a relational effect that is socially produced. The article contributes to the critical debate on childhood, care, and mental health by highlighting forms of suffering that are seldom named in psychosocial literature.

Keywords: Childhood. Psychosocial Suffering. Critical Social Psychology.

¹Mestre em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

RESUMEN: Este artículo analiza la producción del sufrimiento psicosocial a partir de un caso singular de infancia marcada por un cuidado continuo y una estabilidad material parcial, pero atravesada por la ausencia de amparo subjetivo. En diálogo con la psicología social crítica, el caso se moviliza no como un ejemplo representativo, sino como analizador, operador conceptual y punto de condensación de fuerzas históricas, normativas y afectivas implicadas en la producción social de las infancias. Se argumenta que determinadas formas de cuidado, al privilegiar la adaptación, la funcionalidad y el silenciamiento afectivo, pueden generar modos específicos de sufrimiento que no se expresan como ruptura, sino como hiperfuncionamiento, vergüenza del placer y dificultad para habitar vínculos estables en la vida adulta. Al hablar de infancias en plural, el texto desnaturaliza modelos hegemónicos de cuidado y propone comprender el sufrimiento no como un fracaso individual, sino como un efecto relacional y socialmente producido. El artículo contribuye al debate crítico sobre infancia, cuidado y salud mental al visibilizar sufrimientos poco nombrados en la literatura psicosocial.

Palabras clave: Infancia. Sufrimiento Psicosocial. Psicología Social Crítica.

INTRODUÇÃO

A infância tem sido amplamente abordada na literatura da Psicologia Social, da Educação e das Ciências Humanas como um campo atravessado por disputas históricas, normativas e políticas. Longe de constituir uma etapa natural ou universal do desenvolvimento humano, diferentes estudos têm demonstrado que a infância é uma forma socialmente produzida, situada em contextos específicos de organização do cuidado, da família e das expectativas de funcionamento subjetivo (Ariès, 1960/1981; Burman, 2017). Nesse sentido, falar de infância implica interrogar os modos pelos quais determinadas formas de viver, sentir e se relacionar são tornadas legítimas, desejáveis ou patológicas desde muito cedo.

No interior desse debate, a noção de cuidado ocupa lugar central. Parte significativa da literatura contemporânea tem compreendido o cuidado como prática relacional, ética e política, vinculada à sustentação da vida e à produção de vínculos (Tronto, 1993). Na Psicologia Social crítica brasileira, o cuidado tem sido analisado como dimensão indissociável dos processos de subjetivação, podendo operar tanto como forma de acolhimento quanto como mecanismo sutil de normalização e controle (Sawaia, 2001; Dimenstein, 2000). Essa perspectiva desloca o cuidado do registro moral ou afetivo e o insere no campo das tecnologias sociais que organizam a experiência cotidiana.

Entretanto, embora haja um consenso crescente de que infância e cuidado são construções sociais atravessadas por relações de poder, observa-se uma lacuna importante na produção acadêmica: são ainda escassos os estudos que analisam como contextos marcados por cuidado contínuo, estabilidade afetiva e ausência de eventos disruptivos evidentes podem,

paradoxalmente, produzir sofrimento psicossocial durável. Grande parte das investigações sobre sofrimento na infância privilegia cenários de violência explícita, negligência extrema, pobreza material ou rupturas familiares, o que tende a invisibilizar formas menos espetaculares, porém igualmente potentes, de desamparo subjetivo.

Essa lacuna revela um ponto cego relevante: a dificuldade de compreender como determinadas infâncias, socialmente reconhecidas como “funcionais”, “cuidadas” ou “bem estruturadas”, podem engendrar modos de subjetivação marcados por vigilância de si, hiperadaptação, dificuldade de experimentar o prazer e sensação persistente de não pertencimento. Nesses casos, o sofrimento não emerge da ausência de cuidado, mas de sua organização normativa, que exige da criança uma precoce capacidade de ajuste, desempenho e autocontrole, frequentemente à custa da possibilidade de habitar a própria experiência (Goffman, 1959/2009; Winnicott, 1965/1983).

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como determinadas formas socialmente legitimadas de cuidado na infância podem produzir sofrimento psicossocial persistente na vida adulta, mesmo na ausência de eventos traumáticos clássicos? A investigação tem como objetivo analisar a produção do sofrimento psicossocial a partir da articulação entre cuidado, infância e processos de subjetivação, utilizando um caso singular como operador analítico para interrogar uma forma social de produzir infância.

Na Psicologia Social crítica, o caso não opera como exemplar estatístico, mas como analisador, isto é, como ponto de condensação de forças históricas, normativas e afetivas que atravessam a experiência individual (Lourau, 1993; Guattari & Rolnik, 1986). Ao mobilizar um caso situado, este estudo não busca generalizar por quantidade, mas por inteligibilidade, permitindo iluminar mecanismos sociais frequentemente naturalizados e pouco problematizados na literatura.

O caso analisado refere-se à narrativa autobiográfica de um adulto que reconstrói retrospectivamente sua experiência de infância, a partir da posição que ocupa na vida adulta. A infância narrada transcorreu em um contexto familiar caracterizado por cuidado contínuo, relativa estabilidade material e ausência de violência explícita ou rupturas institucionais marcantes. Do ponto de vista social e normativo, trata-se de uma infância que poderia ser reconhecida como funcional, organizada e adequada aos parâmetros hegemônicos de cuidado.

A narrativa descreve um cotidiano marcado por previsibilidade, presença constante de figuras cuidadoras e atendimento regular das necessidades básicas. O cuidado aparece como

elemento estruturante da experiência infantil, operando de forma contínua e antecipatória, com forte organização da vida cotidiana. Não há referência a episódios traumáticos clássicos, negligência extrema ou precariedade material, o que contribui para o reconhecimento social dessa infância como protegida e estável.

Apesar desse cenário, o relato é atravessado por experiências persistentes de mal-estar subjetivo, silêncio afetivo e dificuldade de pertencimento, que não se organizam em torno de eventos isolados, mas se apresentam de forma difusa e recorrente. O narrador descreve uma sensação constante de não habitar plenamente a própria experiência, formulada retrospectivamente como ausência de abrigo subjetivo, condensada na expressão “sem casa por dentro”.

Ao longo da vida adulta, essas experiências infantis são ressignificadas como marcas duráveis, manifestando-se em modos de funcionamento caracterizados por hiperadaptação, vigilância de si e dificuldade de sustentar estados de tranquilidade, prazer e continuidade nos vínculos. O sofrimento narrado não se expressa como ruptura ou colapso, mas como funcionamento contínuo, acompanhado por sensação persistente de vazio interno e instabilidade subjetiva.

Esse caso é mobilizado neste estudo não como exemplo representativo ou ilustrativo, mas como analisador de uma forma socialmente legitimada de produzir infância e cuidado. A singularidade da narrativa permite interrogar os efeitos psicossociais de práticas normativas de cuidado, evidenciando como determinadas configurações consideradas adequadas podem engendrar sofrimento psicossocial durável, mesmo na ausência de violência explícita ou negligência material.

MARCO TEÓRICO

A infância passou a ser objeto sistemático de investigação acadêmica a partir do momento em que deixou de ser compreendida como etapa natural do desenvolvimento humano e passou a ser analisada como construção histórica e social. Um marco fundamental nesse deslocamento é a obra de Philippe Ariès (1981), ao demonstrar que a ideia moderna de infância emerge em contextos específicos da Europa ocidental, associada à reorganização da família, da escolarização e das práticas de cuidado. A partir desse ponto, a infância deixa de ser entendida como dado biológico universal e passa a ser reconhecida como forma social historicamente produzida.

Na Psicologia e nas Ciências Humanas, esse movimento é aprofundado por autores que passam a interrogar os modos pelos quais normas, instituições e discursos produzem subjetividades infantis. Foucault (1975/2008; 1976/2014) contribui decisivamente para esse debate ao demonstrar como o poder moderno opera por meio de dispositivos disciplinares e biopolíticos que atravessam corpos, afetos e condutas desde a infância. Embora Foucault não tenha tratado diretamente da infância como campo autônomo, suas análises permitem compreender o cuidado como tecnologia de governo da vida, articulando proteção, vigilância e normalização.

No campo da Psicologia Social crítica, autoras como Sawaia (2001) e Dimenstein (2000) ampliam esse debate ao analisar como o sofrimento psicossocial é produzido nas relações sociais, e não apenas como expressão individual de falhas internas ou transtornos. Esse deslocamento teórico permite compreender que o sofrimento não se origina exclusivamente da ausência de cuidado, mas pode emergir justamente de formas normativas de cuidado que regulam excessivamente a experiência subjetiva.

Paralelamente, no campo da psicanálise relacional, Winnicott (1965/1983) introduz a noção de ambiente suficientemente bom, enfatizando que o cuidado não se reduz à presença material ou à estabilidade, mas envolve a possibilidade de a criança existir de modo espontâneo, sem ser capturada precocemente por exigências de adaptação. A ausência dessa experiência pode produzir formas de funcionamento marcadas pela submissão, pela vigilância de si e pela sensação de não ter um lugar próprio no mundo.

Esses aportes teóricos inauguram um campo de análise que permite pensar a infância não apenas como período de formação, mas como espaço privilegiado de produção de modos de subjetivação, no qual cuidado, normatividade e sofrimento se articulam de maneira complexa.

Na literatura contemporânea, as infâncias são compreendidas como uma construção social, histórica e cultural, atravessada por relações de poder, expectativas normativas e dispositivos institucionais (Ariès, 1981; Burman, 2017). Essa perspectiva rompe com abordagens desenvolvimentistas universalizantes e permite analisar múltiplas infâncias, produzidas em contextos específicos, segundo valores, regimes morais e arranjos familiares distintos.

O conceito de cuidado, por sua vez, é definido como prática relacional situada, que envolve dimensões éticas, políticas e afetivas. Tronto (1993) define o cuidado como atividade genérica que sustenta a vida humana, incluindo tudo aquilo que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo. Na Psicologia Social crítica, o cuidado é entendido não apenas como

gesto de proteção, mas como tecnologia social que pode operar tanto como sustentação da vida quanto como forma de controle normativo (Dimenstein, 2000; Sawaia, 2001).

O sofrimento psicossocial é compreendido como produção relacional e histórica, resultante das condições sociais, simbólicas e afetivas nas quais os sujeitos estão inseridos. Segundo Sawaia (2001), o sofrimento não pode ser reduzido a um estado psicológico individual, pois expressa contradições sociais incorporadas na experiência subjetiva. Essa noção permite deslocar a análise do sofrimento da esfera privada para o campo das relações sociais e dos dispositivos que organizam a vida cotidiana.

Nesta pesquisa, os conceitos de infância, cuidado e sofrimento psicossocial são articulados para analisar como determinadas formas socialmente legitimadas de cuidado podem produzir experiências duráveis de desamparo subjetivo, mesmo na ausência de violência explícita ou negligência material. O conceito de infância será utilizado como forma social produzida, o cuidado como prática normativa e relacional, e o sofrimento psicossocial como efeito histórico dessas articulações.

Revisões recentes indicam que a literatura sobre infância e sofrimento psicossocial concentra-se majoritariamente em contextos de vulnerabilidade social, violência doméstica, negligência extrema e pobreza material (Silva e Dimenstein, 2017; Cruz e Guareschi, 2019). Esse estudo tem sido fundamentais para evidenciar os impactos das desigualdades estruturais sobre o desenvolvimento infantil, mas também revelam uma tendência à associação quase automática entre sofrimento e ausência de cuidado.

As revisões mostram que há consenso quanto ao caráter socialmente produzido do sofrimento, mas apontam limitações importantes na análise de contextos considerados “funcionais”, nos quais a criança recebe cuidado contínuo, estabilidade familiar e proteção institucional. Nessas situações, o sofrimento tende a ser invisibilizado ou interpretado como falha individual, dificuldade de adaptação ou problema intrapsíquico (Burman, 2017).

Outra tendência identificada nas revisões é a centralidade do discurso da funcionalidade, que opera como critério implícito de avaliação da infância. Infâncias que se ajustam às normas escolares, familiares e sociais são classificadas como bem-sucedidas, enquanto experiências de mal-estar persistente, silêncio emocional e sensação de não pertencimento permanecem pouco exploradas como objetos legítimos de investigação (Sawaia, 2001; Guareschi et al., 2020).

Essas lacunas indicam a necessidade de pesquisas que interroguem o cuidado não apenas em sua ausência, mas em sua forma normativa, analisando como ele pode produzir sofrimento

psicossocial por meio da exigência de adaptação precoce, autocontrole afetivo e apagamento da experiência singular da criança.

O fenômeno da infância e do sofrimento psicossocial tem sido investigado a partir de diferentes tradições teóricas. Uma primeira tradição, de viés desenvolvimentista e clínico, tende a compreender o sofrimento infantil como desvio em relação a marcos normativos de desenvolvimento, utilizando categorias diagnósticas e modelos explicativos centrados no indivíduo (DSM-5-TR; APA, 2022). Essa abordagem privilegia avaliações psicométricas, protocolos clínicos e intervenções focalizadas no ajustamento da criança.

Uma segunda tradição, de caráter crítico e social, desloca o foco do indivíduo para as relações sociais, os dispositivos institucionais e os contextos históricos que produzem sofrimento. Nessa perspectiva, a infância é analisada como campo atravessado por normas, expectativas e regimes de verdade que moldam subjetividades desde cedo (Foucault, 2008; Sawaia, 2001). Estudos nessa tradição utilizam métodos qualitativos, análises discursivas, estudos de caso e abordagens narrativas para compreender como o sofrimento é produzido e legitimado socialmente.

Essa tradição também dialoga com aportes da psicanálise relacional e da psicologia crítica feminista, que enfatizam a dimensão relacional do cuidado e os efeitos subjetivos da adaptação excessiva às demandas do ambiente (Winnicott, 1983; Burman, 2017).

Este estudo se insere na tradição da Psicologia Social crítica, articulada a contribuições da psicanálise relacional. A escolha dessa perspectiva se justifica pela necessidade de compreender o sofrimento psicossocial não como falha individual ou patologia, mas como efeito de formas sociais de organização do cuidado e da infância.

Ao adotar essa tradição, a pesquisa se afasta de abordagens normativas e desenvolvimentistas e se orienta pela análise das relações de poder, dos dispositivos de cuidado e dos processos de subjetivação que atravessam a experiência infantil. Esse posicionamento é coerente com o objetivo do estudo, que busca interrogar uma forma social de produzir infância a partir de um caso singular, utilizando-o como analisador e operador conceitual.

Dentro da Psicologia Social crítica, estudos empíricos têm demonstrado como o sofrimento psicossocial emerge em contextos cotidianos marcados por normalização, controle e exigência de desempenho. Pesquisas conduzidas por Dimenstein (2000) e Sawaia (2001) mostram que o sofrimento se produz nas relações sociais, especialmente quando há silenciamento da experiência subjetiva e imposição de padrões normativos de funcionamento.

Estudos mais recentes analisam como práticas de cuidado institucionalizadas podem produzir sofrimento silencioso, especialmente em contextos familiares e escolares que valorizam desempenho, obediência e autorregulação emocional precoce (Guareschi et al., 2020). Essas pesquisas evidenciam que o cuidado pode operar como forma de governo da subjetividade, produzindo infâncias consideradas bem-sucedidas, mas marcadas por desamparo afetivo.

Em diálogo com esses estudos, a presente pesquisa propõe analisar um caso singular para evidenciar como uma infância socialmente reconhecida como funcional pode produzir sofrimento psicossocial durável. Ao fazê-lo, o estudo contribui para ampliar o estado da arte empírico ao deslocar o foco das infâncias marcadas por ausência de cuidado para aquelas atravessadas por cuidado normativo e hiperadaptação.

MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de orientação interpretativa, por buscar compreender processos de produção do sofrimento psicossocial a partir da análise de um caso singular de infância atravessada por práticas contínuas de cuidado. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza do fenômeno investigado, que envolve experiências subjetivas, trajetórias de vida, afetos e sentidos produzidos ao longo do tempo, impossíveis de serem apreendidos por meio de mensuração ou modelagem causal.

A pesquisa se orienta pela compreensão de que o sofrimento psicossocial não é um dado individual isolado, mas um efeito relacional e histórico, produzido no entrecruzamento de práticas familiares, normas sociais e dispositivos de cuidado. Nesse sentido, o método privilegia a análise de narrativas como forma de acesso aos modos pelos quais a infância é vivida, lembrada e reinterpretada na vida adulta, articulando memória, afetividade e contexto social (Denzin & Lincoln, 2018; Flick, 2018).

A opção metodológica está diretamente alinhada ao objetivo do estudo, que busca interrogar uma forma social de produzir infância a partir de um caso singular, não com finalidade ilustrativa ou exemplar, mas como operador analítico capaz de tornar inteligíveis processos mais amplos de subjetivação.

Epistemologicamente, a pesquisa se insere no campo da Psicologia Social crítica, compreendendo o conhecimento como situado, relacional e historicamente produzido. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos psicológicos não podem ser separados das condições sociais,

simbólicas e afetivas que os constituem, e que a experiência subjetiva é atravessada por relações de poder, normas e dispositivos institucionais (Foucault, 2008; Sawaia, 2001).

O estudo dialoga também com contribuições da psicanálise relacional, especialmente no que se refere à compreensão do cuidado como ambiente e à produção de sofrimento associada à adaptação excessiva às exigências do outro (Winnicott, 1983). Nessa perspectiva, o conhecimento não é tratado como representação neutra da realidade, mas como interpretação construída a partir de narrativas, memórias e afetos, reconhecendo o caráter situado tanto do pesquisador quanto do material analisado.

Assim, entende-se que a infância analisada não é um objeto fechado no passado, mas uma experiência que se atualiza narrativamente, sendo constantemente resignificada na vida adulta. O fenômeno é interpretado como processo, e não como evento isolado, o que torna essa orientação epistemológica adequada à pergunta de pesquisa formulada.

A estratégia metodológica adotada é a pesquisa narrativa, com uso do estudo de caso em perspectiva analítica. O caso não é mobilizado como exceção, ilustração ou exemplaridade estatística, mas como analisador de uma forma social de produzir infância, cuidado e sofrimento (Riessman, 2008; Sawaia, 2001).

Na Psicologia Social crítica, o estudo de caso opera como ponto de condensação de forças históricas, normativas e afetivas, permitindo observar, em escala microssocial, processos mais amplos de subjetivação. Nesse sentido, o caso singular funciona como operador conceitual, capaz de revelar contradições e efeitos que permanecem invisíveis em abordagens extensivas ou normativas.

A pesquisa narrativa organiza o percurso metodológico ao privilegiar a reconstrução da trajetória de infância a partir da memória adulta, considerando a narrativa como prática social, e não apenas como relato individual. Essa estratégia é adequada ao fenômeno investigado porque permite acessar tanto os conteúdos narrados quanto as formas de narrar, os silêncios, as rupturas e as regularidades que estruturam a experiência subjetiva ao longo do tempo.

O contexto empírico da pesquisa é constituído pela trajetória de vida de um adulto que reconstrói narrativamente sua infância, vivida em um ambiente familiar caracterizado por cuidado contínuo, estabilidade material e ausência de violência explícita. Trata-se de uma infância socialmente reconhecida como funcional, adequada e bem-sucedida, segundo critérios normativos amplamente compartilhados.

O recorte empírico se justifica justamente por tensionar expectativas hegemônicas sobre infância e cuidado, ao evidenciar a emergência de sofrimento psicossocial em um contexto que, à primeira vista, não seria considerado produtor de dano. A análise desse contexto permite interrogar os efeitos subjetivos de formas normativas de cuidado e as condições sob as quais o sofrimento se torna silencioso, internalizado e deslegitimado.

Os dados foram produzidos por meio de narrativa autobiográfica escrita, elaborada pelo próprio participante, a partir de um movimento reflexivo orientado para a reconstrução da experiência de infância e de seus efeitos na vida adulta. A narrativa foi construída em forma de relato contínuo, sem roteiro fechado, permitindo que emergissem livremente memórias, cenas, afetos e associações consideradas significativas pelo narrador.

Essa técnica é adequada ao objetivo do estudo por possibilitar acesso à experiência subjetiva em sua dimensão temporal, afetiva e relacional, respeitando o modo singular de organização da memória e da narrativa. A escrita autobiográfica é compreendida aqui como prática social e analítica, na qual o sujeito não apenas relata, mas produz sentidos sobre sua própria trajetória (Denzin, 2014; Riessman, 2008).

O material empírico foi complementado por registros reflexivos do pesquisador, produzidos ao longo do processo de leitura, releitura e análise da narrativa, constituindo um conjunto de meios analíticos que auxiliaram na construção interpretativa.

10

O corpus empírico da pesquisa é composto por uma narrativa autobiográfica extensa, organizada em episódios significativos da infância, além de textos analíticos produzidos durante o processo interpretativo. O texto narrativo inclui descrições de práticas de cuidado, cenas familiares recorrentes, experiências de silêncio, adaptação e vigilância de si, bem como reflexões retrospectivas sobre os efeitos dessas experiências na vida adulta.

A saturação analítica foi alcançada quando a releitura do material passou a reiterar núcleos de sentido já identificados, sem introduzir novos elementos relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. A coerência interna da narrativa e a recorrência temática permitiram a consolidação das categorias analíticas construídas. Os dados foram analisados por meio de uma combinação entre análise narrativa e análise interpretativa temática. A análise narrativa foi utilizada para compreender como a experiência da infância é estruturada no relato, observando a organização temporal, os pontos de inflexão, os silêncios e os modos de atribuição de sentido ao vivido (Riessman, 2008).

De forma complementar, a análise temática interpretativa permitiu identificar núcleos de sentido recorrentes relacionados às práticas de cuidado, às formas de adaptação subjetiva e à produção de sofrimento psicossocial. O processo analítico envolveu leitura exaustiva do material, codificação inicial de trechos significativos, agrupamento de códigos por afinidade conceitual e construção de categorias interpretativas em diálogo com a literatura da Psicologia Social crítica (Braun & Clarke, 2019).

A análise não buscou reduzir a narrativa a categorias prévias, mas construir interpretações situadas, articulando material empírico, referencial teórico e posicionamento epistemológico. O movimento analítico foi orientado pela comparação constante entre trechos do corpus e conceitos teóricos, permitindo refinar as categorias e aprofundar a inteligibilidade do fenômeno.

A pesquisa respeita os princípios éticos aplicáveis às Ciências Humanas e Sociais. Por se tratar de narrativa autobiográfica produzida pelo próprio participante, com consentimento explícito para uso científico do material, e sem envolvimento de terceiros identificáveis, o estudo não implicou riscos adicionais aos sujeitos envolvidos.

Ainda assim, foram adotadas práticas de cuidado ético na apresentação dos dados, evitando exposição desnecessária, espetacularização do sofrimento ou leitura patologizante da experiência narrada. O material foi utilizado exclusivamente para fins acadêmicos, e a análise privilegiou a compreensão dos processos sociais e subjetivos em jogo, em consonância com os princípios de respeito, não dano e responsabilidade interpretativa.

11

RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise narrativa do caso investigado, tomando a narrativa autobiográfica como corpus empírico e operador analítico. Em consonância com o objetivo do estudo e com a abordagem metodológica adotada, os resultados não visam generalização estatística, mas inteligibilidade dos processos de produção do sofrimento psicossocial a partir de uma forma socialmente legitimada de cuidado na infância. A análise interpretativa do material permitiu identificar três núcleos de sentido articulados, que estruturaram a experiência narrada: (1) o cuidado contínuo como organização externa da vida sem produção de abrigo subjetivo; (2) a adaptação precoce como critério moral de valor e funcionamento; (3) o desamparo silencioso como efeito psicossocial durável, formulado narrativamente como ausência de casa interna. Esses núcleos emergem de forma recorrente no

relato, articulando memória, corpo e linguagem, e permitem compreender como o sofrimento analisado é produzido relacional e socialmente, mesmo na ausência de eventos traumáticos clássicos.

Os resultados evidenciam que o eixo estruturante da narrativa não é apenas o trauma pontual do abandono inicial, mas a produção de um modo de existir organizado pela ausência reiterada de amparo simbólico. O corpus mostra que o abandono não opera como evento isolado, mas como princípio organizador da subjetividade, reaparecendo sob múltiplas formas: expulsões sucessivas, vigilância, controle moral, invasões corporais, precariedade do cuidado, relações afetivas marcadas por fusão, submissão ou violência, e, posteriormente, pelo uso intensivo de substâncias psicoativas.

A literatura psicanalítica e sociológica oferece chaves consistentes para interpretar esse padrão. Em diálogo com Donald Winnicott, observa-se que a experiência narrada se aproxima do que o autor conceitua como falha ambiental precoce, na qual o ambiente não consegue sustentar o bebê/criança em sua continuidade de ser. Nesses contextos, o sujeito não organiza um sentimento estável de existência, mas aprende a funcionar para sobreviver. Essa distinção é central: o corpus não narra uma infância triste, mas uma infância em que existir se tornou uma tarefa ativa e exaustiva, anterior à possibilidade de desejar.

Essa leitura é reforçada quando o texto evidencia que o corpo respondeu antes da linguagem: diarreia, vômito, náusea em deslocamentos, memória sensorial fragmentada, hipervigilância e necessidade de controle. Esses elementos dialogam diretamente com a noção de que, quando o trauma ocorre antes da simbolização, ele não se inscreve como lembrança narrativa, mas como marca corporal, retornando como sensação, repetição ou sintoma, e não como memória organizada (Ferenczi; Winnicott).

Do ponto de vista do vínculo, os achados mostram que as relações afetivas na vida adulta reproduzem a mesma lógica do início da vida psíquica: o outro é vivido como casa, porto, eixo ou salvação, e não como alteridade com a qual se constrói um laço. A intensidade, frequentemente nomeada socialmente como “carência”, aparece no corpus como efeito direto de uma história em que a perda foi abrupta, sem ritual, sem mediação e sem testemunha. Nesse sentido, o que se repete não é o desejo de sofrer, mas a tentativa de evitar o vazio, que se mostra mais insuportável do que a dor.

Esse padrão encontra ressonância em John Bowlby, especialmente na teoria do apego, ao indicar que experiências de separação não elaboradas tendem a produzir sujeitos que oscilam

entre hiperapego e evitação, sem conseguir sustentar relações baseadas em presença contínua e segurança. No corpus, essa oscilação é visível tanto na fusão afetiva quanto na retirada abrupta, na submissão quanto no abandono antecipado.

Um aspecto relevante é que a repetição da violência sexual e simbólica não é apresentada como acaso individual ou sucessão de agentes desviantes, mas como efeito estrutural da ausência de proteção real. A narrativa converge com a literatura feminista e crítica sobre violência infantil, que aponta que o abuso se instala com maior facilidade em contextos nos quais o corpo da criança não é reconhecido como território inviolável, e onde o silêncio é socialmente produzido como mecanismo de manutenção da ordem (Herman; Foucault).

Além disso, o corpus amplia a discussão ao articular gênero, classe e território. A infância e adolescência descritas ocorrem em contextos marcados por moral religiosa rígida, precariedade material, desigualdades de classe e controle dos corpos dissidentes. Esses elementos aproximam o texto de análises sociológicas que compreendem o sofrimento psíquico não como fenômeno estritamente individual, mas como produto histórico e socialmente distribuído (Pierre Bourdieu). A dor narrada não é apenas íntima; ela é politicamente produzida e reiterada.

No que se refere ao uso de substâncias, os achados dialogam com estudos que compreendem o consumo problemático não como falha moral, mas como tentativa de regulação psíquica diante de experiências de desorganização intensa. No corpus, álcool e cocaína não aparecem como busca de prazer, mas como dispositivos de contenção artificial, utilizados quando não há borda simbólica suficiente para sustentar o sofrimento. A droga funciona, assim, como um “limite químico” quando o limite psíquico não foi constituído.

A escrita emerge, nesse cenário, não como catarse nem como superação, mas como tentativa tardia de simbolização. O texto confirma a hipótese de que narrar, mesmo de forma fragmentada, permite construir um espaço onde o vivido pode existir sem ser corrigido ou moralizado. Isso se aproxima de abordagens contemporâneas que compreendem a escrita autobiográfica como prática ética e política de reinscrição do sujeito no mundo, e não como simples relato de si.

É necessário reconhecer que se trata de um corpus autobiográfico singular, atravessado por memória, afetos e reconstruções retrospectivas. Não há pretensão de generalização estatística, nem de neutralidade. Além disso, o texto se constrói deliberadamente a partir do

fragmento, o que limita leituras que demandem linearidade causal. Essas limitações, contudo, não reduzem o valor analítico do material; ao contrário, evidenciam seu caráter situado e denso.

Os resultados indicam a relevância de investigações que articulem trauma precoce, escrita autobiográfica e produção de bordas simbólicas, especialmente em contextos marcados por desigualdade social, violência institucional e dissidências de gênero. Pesquisas comparativas com outros relatos autobiográficos poderiam aprofundar a compreensão dos modos pelos quais sujeitos constroem narrativas de si após experiências de falha ambiental. Além disso, estudos interdisciplinares entre educação, psicologia social e antropologia poderiam explorar o papel da criação artística como estratégia de sobrevivência psíquica em contextos de desamparo.

O primeiro núcleo analítico refere-se à forma como o cuidado é narrado como presença constante e organização eficaz da vida cotidiana, sem que isso se traduza em experiência de abrigo subjetivo. O relato não descreve uma infância marcada por carência material, abandono explícito ou negligência, mas por estabilidade e funcionamento regular. No entanto, essa estabilidade aparece dissociada da possibilidade de sentir-se “em casa” consigo mesmo. Essa dissociação é condensada na formulação que dá título ao artigo, quando o narrador afirma sentir-se “sem casa por dentro”. A expressão não remete à ausência de moradia ou de proteção externa, mas à impossibilidade de habitar a própria experiência. A casa, enquanto metáfora de abrigo subjetivo, aparece como algo nunca constituído, apesar da presença contínua de cuidado.

O cuidado descrito no relato antecede a expressão da necessidade e organiza a vida de modo antecipatório. O ambiente adulto aparece como sempre disponível, regulando o cotidiano e garantindo estabilidade, mas sem produzir espaços de falta, espera ou conflito que permitissem à criança experimentar-se como sujeito de desejo. Nesse sentido, o cuidado não se configura como ausência, mas como excesso organizador.

Do ponto de vista analítico, esse cuidado opera como tecnologia social de regulação da experiência infantil. Ele garante funcionamento, previsibilidade e adaptação, mas não produz um espaço interno habitável. O sofrimento psicossocial que emerge posteriormente não decorre da falta de cuidado, mas da forma como esse cuidado foi organizado socialmente, privilegiando a estabilidade externa em detrimento da construção de um dentro próprio.

O segundo núcleo de sentido diz respeito à centralidade da adaptação precoce como eixo da subjetivação. A narrativa evidencia que a criança aprende, desde cedo, a ajustar-se ao ambiente, regulando afetos, demandas e comportamentos de modo a não desestabilizar o

cuidado recebido. Essa adaptação não aparece como imposição explícita, mas como resposta progressiva a um contexto que funciona melhor quando não é tensionado.

No relato, a adaptação se transforma em valor moral. Ser adequado, não demandar e não produzir conflito tornam-se critérios implícitos de reconhecimento. A criança aprende a funcionar, e esse funcionamento é socialmente recompensado. Contudo, esse processo ocorre à custa do silenciamento da experiência subjetiva. Essa lógica se estende para além da infância. Na vida adulta, o narrador descreve um modo de existir marcado pelo hiperfuncionamento e pela vigilância de si, acompanhado por dificuldade de experimentar prazer ou sustentar estados de tranquilidade. O sofrimento não se manifesta como ruptura ou colapso, mas como manutenção constante do funcionamento.

A adaptação, inicialmente protetiva, passa a operar como tecnologia de subjetivação. O sujeito aprende a responder às demandas externas, mas não desenvolve recursos para lidar com a própria experiência quando não há tarefas, exigências ou papéis claramente definidos. Analiticamente, a adaptação aparece menos como sinal de saúde e mais como efeito de uma infância organizada em torno da funcionalidade.

O terceiro núcleo analítico refere-se à produção de um desamparo silencioso, articulado no relato à experiência de luto ambíguo. Em um trecho central, o narrador afirma:

15

“O pior tipo de abandono e de luto é o das pessoas vivas.
Quando alguém morre, você sabe que a pessoa morreu não por querer.
Mas o luto de pessoas vivas é bem pior.
A pessoa escolheu ir. A pessoa não te escolheu.”

Esse fragmento explicita uma experiência de perda que não se organiza como morte simbólica, mas como ausência em presença. O abandono não é vivido como ruptura definitiva, mas como escolha reiterada, o que impede a elaboração do luto e mantém o sofrimento em estado suspenso. Trata-se de uma perda que não se encerra, pois não há desaparecimento absoluto nem reconhecimento social da dor. O desamparo que emerge desse processo não se apresenta de forma ruidosa. Pelo contrário, ele é vivido como sensação persistente de não pertencimento, dificuldade de confiar na continuidade dos vínculos e vergonha de estar bem. Mesmo em contextos de cuidado e estabilidade na vida adulta, o narrador relata dificuldade de sustentar estados de segurança e prazer. Esse desamparo está diretamente relacionado à ausência de abrigo subjetivo na infância. Quando o cuidado externo deixa de organizar a experiência, o sujeito se depara com um vazio interno pouco simbolizado. O sofrimento não encontra nome, pois não se encaixa nas narrativas hegemônicas de trauma, negligência ou violência. Trata-se

de um sofrimento psicossocial produzido em contextos considerados adequados, o que contribui para sua invisibilização.

A análise também evidencia que o sofrimento narrado não se organiza apenas no plano discursivo, mas se inscreve corporalmente. Em outro trecho significativo, o narrador afirma:

“Até hoje eu tenho um gosto na boca que é frio.
De água fria saindo da boca.
Não me recordo muito da viagem, mas até hoje tenho náusea em viagens.”

Nesse fragmento, a memória não aparece como lembrança organizada em imagens ou cenas, mas como sensação corporal persistente. O esquecimento do evento não implica apagamento do sofrimento; ao contrário, o corpo torna-se o lugar privilegiado de inscrição da experiência não simbolizada.

Do ponto de vista analítico, esse deslocamento da memória para o corpo indica que a experiência infantil não encontrou condições de elaboração narrativa no momento em que ocorreu. O cuidado, ao organizar excessivamente a vida, não produziu espaços para a simbolização da perda, da separação ou do medo. O sofrimento retorna, então, como sensação difusa, reaparecendo em situações cotidianas sem relação aparente com o evento original.

Retomando o objetivo do estudo, os resultados mostram que o sofrimento psicossocial analisado é produzido pela articulação entre cuidado contínuo, adaptação precoce e ausência de abrigo subjetivo. A infância narrada é socialmente reconhecida como funcional e cuidada, mas organizada de modo a privilegiar estabilidade e desempenho em detrimento da elaboração da experiência singular. O caso analisado, tomado como analisador, evidencia que determinadas formas normativas de cuidado podem produzir sofrimento psicossocial durável justamente por aquilo que fazem funcionar bem. O sofrimento não emerge como falha individual, mas como efeito relacional e socialmente produzido, permanecendo silencioso, pouco nomeável e dificilmente legitimado no campo social. Essa análise responde à pergunta de pesquisa ao demonstrar como infâncias marcadas por cuidado contínuo e ausência de eventos traumáticos clássicos podem, paradoxalmente, engendrar modos específicos de sofrimento psicossocial na vida adulta.

16

DISCUSSÃO

Um dos achados centrais do caso analisado é a coexistência entre cuidado contínuo e ausência de abrigo subjetivo, tensionando concepções amplamente difundidas na literatura que associam a presença material e a estabilidade cotidiana à proteção psíquica. A narrativa

autobiográfica não descreve uma infância marcada por negligência explícita, violência direta ou privação extrema, mas por um conjunto de práticas de cuidado que garantiam a sobrevivência material sem, contudo, produzir uma experiência de acolhimento subjetivo.

Esse paradoxo aparece de forma condensada na expressão que dá título ao artigo “sem casa por dentro”, que não opera como metáfora ilustrativa, mas como síntese narrativa de uma experiência infantil específica. A “casa”, enquanto espaço físico, existia; o que faltava era sua conversão em lugar psíquico habitável. Essa distinção é fundamental para compreender o sofrimento analisado: não se trata de ausência de cuidado, mas de um cuidado que não se transforma em continente subjetivo.

A narrativa da chegada à casa da avó constitui um fragmento particularmente elucidativo desse processo. Ao descrever o momento em que passa a viver nesse espaço, o narrador não mobiliza imagens de acolhimento ou transição gradual, mas de estranhamento, retraimento e sofrimento corporal. O relato de diarreias recorrentes, tristeza intensa e comportamento de esconder-se atrás de portas revela uma reação que não encontra mediação simbólica possível naquele contexto. O corpo passa a falar onde a palavra ainda não encontra lugar. Esse fragmento permite articular o material empírico com a noção winniciottiana de ambiente suficientemente bom. Para Winnicott (1965/1983), o cuidado não se define apenas pela provisão material ou pela presença física, mas pela capacidade do ambiente de sustentar a dependência, acolher a regressão e permitir a continuidade do ser. No caso analisado, embora o ambiente assegure a sobrevivência e a rotina, ele falha em oferecer esse tipo de sustentação. O cuidado existe, mas não se organiza como ambiente.

A forma como o narrador descreve esse cuidado é reveladora: não há acusações diretas, nem nomeação explícita de abandono. O sofrimento emerge de maneira indireta, corporalizada e silenciosa. Essa característica não é acidental, mas constitutiva do tipo de infância analisada. Em contextos onde o cuidado é funcional e normativamente adequado, a expressão do mal-estar tende a não encontrar reconhecimento, sendo deslocada para formas não verbais de manifestação. O sofrimento não pode ser dito porque, socialmente, “não deveria existir”.

Esse aspecto dialoga com a psicologia social crítica, particularmente com Sawaia (2001), ao compreender o sofrimento como produção relacional e socialmente situada. O caso evidencia que o sofrimento psicossocial não é apenas efeito de condições objetivas de precariedade, mas também de regimes normativos que definem quais dores são legítimas e quais devem ser silenciadas. A infância descrita é reconhecida socialmente como “bem cuidada”, o que produz

um efeito paradoxal: o sofrimento vivido não encontra linguagem social para se expressar sem ser devolvido como falha individual.

A ausência de abrigo subjetivo também se manifesta na forma como a narrativa organiza o tempo infantil. Não há cenas de conflito aberto, negociação afetiva ou elaboração compartilhada da perda. A transição de um ambiente para outro ocorre como fato consumado, sem espaço para luto, espera ou elaboração. Essa supressão do tempo da experiência é um elemento central do cuidado normativo analisado: tudo funciona, mas nada se demora. A infância é organizada para seguir adiante, não para ser habitada.

Esse modo de cuidado se aproxima do que Foucault (2008) descreve como tecnologias sutis de governo da vida. Não se trata de disciplina explícita ou punição, mas de uma organização cotidiana que regula afetos, ritmos e possibilidades de expressão. A criança aprende rapidamente que sobreviver naquele ambiente implica reduzir demandas, conter afetos e ajustar-se às expectativas implícitas. O cuidado, assim, não apenas protege, mas governa a experiência infantil.

O efeito subjetivo dessa organização aparece de forma retrospectiva na vida adulta, mas sua gênese é claramente localizada na infância. Ao narrar a ausência de lembrança consciente de determinadas experiências, como no fragmento “não me recordo muito da viagem, mas até hoje tenho náusea em viagens”, o texto evidencia que a experiência não foi simbolizada no momento em que ocorreu. O cuidado garantiu a travessia, mas não produziu inscrição narrativa. O corpo, novamente, torna-se o lugar de registro do vivido.

Esse fragmento permite problematizar abordagens que tomam a memória consciente como principal via de acesso ao sofrimento infantil. No caso analisado, o sofrimento não se organiza como lembrança traumática, mas como marca incorporada, persistente e pouco inteligível para o próprio sujeito. Tal configuração reforça a hipótese de que a infância foi vivida em um ambiente onde a expressão afetiva não encontrava sustentação simbólica suficiente para se transformar em narrativa compartilhada.

Assim, o Eixo 1 permite afirmar que o sofrimento psicossocial analisado não decorre da ausência de cuidado, mas de uma forma específica de cuidado: contínuo, funcional, normativamente adequado e afetivamente insuficiente. Trata-se de um cuidado que sustenta a vida, mas não autoriza a dependência; que organiza a rotina, mas não oferece abrigo; que protege o corpo, mas deixa o sujeito sem casa por dentro. Essa configuração inaugura um modo de

subjetivação que atravessa toda a trajetória analisada e prepara o terreno para os eixos seguintes, nos quais a adaptação precoce e o desamparo silencioso se tornam centrais.

Os resultados deste estudo indicam que a adaptação precoce constitui um eixo central na produção do sofrimento psicossocial analisado. Diferentemente de compreensões desenvolvimentistas que tratam a adaptação como competência progressiva e desejável, o caso evidencia que, quando antecipada e moralizada, a adaptação opera como critério de valor subjetivo, organizando desde cedo o modo como a criança aprende a existir nos vínculos.

A narrativa mostra que a infância analisada não é atravessada por exigências explícitas de desempenho ou por punições diretas diante do sofrimento, mas por uma lógica relacional na qual o cuidado se mantém desde que a criança não desorganize o ambiente. Os resultados apontam que a adaptação emerge como resposta silenciosa a essa condição implícita: a criança aprende a ajustar afetos, conter demandas e antecipar expectativas como forma de garantir continuidade e pertencimento. Esse funcionamento aparece reiteradamente no material empírico como “não dar trabalho”, “entender sozinho”, “não incomodar”.

Esse achado permite discutir a adaptação não como simples ajuste funcional, mas como tecnologia moral de subjetivação. Em diálogo com Winnicott (1965/1983), observa-se que a adaptação precoce excessiva não se dá em um ambiente suficientemente bom, mas em um contexto no qual a dependência não encontra lugar legítimo. A criança não é sustentada para depois se adaptar; ela precisa se adaptar para ser sustentada. Nesse movimento, o self se organiza prioritariamente em função das exigências externas, produzindo um modo de funcionamento orientado pelo fazer e não pelo ser.

Do ponto de vista da psicologia social crítica, esse processo pode ser compreendido como efeito de dispositivos normativos que operam pela internalização de critérios de adequação. Conforme apontam Sawaia (2001) e Dimenstein (2000), o sofrimento psicossocial não se produz apenas pela exclusão ou pela violência explícita, mas também pela exigência de funcionamento ajustado em contextos que não reconhecem a singularidade da experiência. No caso analisado, a adaptação precoce funciona como operador de silenciamento: o sofrimento não desaparece, mas perde estatuto de linguagem compartilhável.

Os resultados mostram que essa moralização da adaptação tem efeitos duradouros. Na vida adulta, o sujeito revela alta capacidade de funcionamento, responsabilidade e desempenho, mas dificuldade de habitar relações quando não há uma função clara a cumprir. A adaptação, que na infância operou como estratégia de sobrevivência, torna-se, posteriormente, fonte de

esvaziamento subjetivo. O valor atribuído ao funcionamento substitui o reconhecimento do desejo, produzindo vergonha do prazer e dificuldade de sustentar experiências de cuidado contínuo.

Esse movimento dialoga com análises foucaultianas sobre governo da vida, nas quais o poder opera menos pela coerção direta e mais pela produção de sujeitos que se autogerenciam segundo normas internalizadas (Foucault, 2008). No caso analisado, a adaptação precoce atua como forma de governo da infância: a criança aprende a se regular sem que seja necessário puni-la. O sucesso desse processo — a criança adaptada — é justamente o que torna o sofrimento pouco visível e socialmente deslegitimado.

A discussão dos resultados permite afirmar que a adaptação precoce, quando convertida em critério moral de valor, deixa de ser indicador de saúde psíquica e passa a funcionar como dispositivo produtor de sofrimento psicossocial. O caso analisado evidencia que infâncias consideradas funcionais podem engendrar formas específicas de sofrimento, marcadas não pela ruptura, mas pela hiperadaptação e pelo silenciamento afetivo. Ao colocar em discussão esse achado, o estudo contribui para deslocar leituras individualizantes do sofrimento e amplia o debate sobre infância e cuidado, ao demonstrar que o problema não reside apenas na ausência de proteção, mas nos modos normativos pelos quais a adaptação é exigida e valorizada desde cedo.

20

Os resultados deste estudo indicam que a adaptação precoce constitui um eixo central na produção do sofrimento psicossocial analisado. Diferentemente de compreensões desenvolvimentistas que tratam a adaptação como competência progressiva e desejável, o caso evidencia que, quando antecipada e moralizada, a adaptação opera como critério de valor subjetivo, organizando desde cedo o modo como a criança aprende a existir nos vínculos.

A narrativa mostra que a infância analisada não é atravessada por exigências explícitas de desempenho ou por punições diretas diante do sofrimento, mas por uma lógica relacional na qual o cuidado se mantém desde que a criança não desorganize o ambiente. Os resultados apontam que a adaptação emerge como resposta silenciosa a essa condição implícita: a criança aprende a ajustar afetos, conter demandas e antecipar expectativas como forma de garantir continuidade e pertencimento. Esse funcionamento aparece reiteradamente no material empírico como “não dar trabalho”, “entender sozinho”, “não incomodar”.

Esse achado permite discutir a adaptação não como simples ajuste funcional, mas como tecnologia moral de subjetivação. Em diálogo com Winnicott (1965/1983), observa-se que a

adaptação precoce excessiva não se dá em um ambiente suficientemente bom, mas em um contexto no qual a dependência não encontra lugar legítimo. A criança não é sustentada para depois se adaptar; ela precisa se adaptar para ser sustentada. Nesse movimento, o self se organiza prioritariamente em função das exigências externas, produzindo um modo de funcionamento orientado pelo fazer e não pelo ser.

Do ponto de vista da psicologia social crítica, esse processo pode ser compreendido como efeito de dispositivos normativos que operam pela internalização de critérios de adequação. Conforme apontam Sawaia (2001) e Dimenstein (2000), o sofrimento psicossocial não se produz apenas pela exclusão ou pela violência explícita, mas também pela exigência de funcionamento ajustado em contextos que não reconhecem a singularidade da experiência. No caso analisado, a adaptação precoce funciona como operador de silenciamento: o sofrimento não desaparece, mas perde estatuto de linguagem compartilhável.

Os resultados mostram que essa moralização da adaptação tem efeitos duradouros. Na vida adulta, o sujeito revela alta capacidade de funcionamento, responsabilidade e desempenho, mas dificuldade de habitar relações quando não há uma função clara a cumprir. A adaptação, que na infância operou como estratégia de sobrevivência, torna-se, posteriormente, fonte de esvaziamento subjetivo. O valor atribuído ao funcionamento substitui o reconhecimento do desejo, produzindo vergonha do prazer e dificuldade de sustentar experiências de cuidado contínuo.

Esse movimento dialoga com análises foucaultianas sobre governo da vida, nas quais o poder opera menos pela coerção direta e mais pela produção de sujeitos que se autogerenciam segundo normas internalizadas (Foucault, 2008). No caso analisado, a adaptação precoce atua como forma de governo da infância: a criança aprende a se regular sem que seja necessário puni-la. O sucesso desse processo — a criança adaptada — é justamente o que torna o sofrimento pouco visível e socialmente deslegitimado.

Assim, a discussão dos resultados permite afirmar que a adaptação precoce, quando convertida em critério moral de valor, deixa de ser indicador de saúde psíquica e passa a funcionar como dispositivo produtor de sofrimento psicossocial. O caso analisado evidencia que infâncias consideradas funcionais podem engendrar formas específicas de sofrimento, marcadas não pela ruptura, mas pela hiperadaptação e pelo silenciamento afetivo.

Ao colocar em discussão esse achado, o estudo contribui para deslocar leituras individualizantes do sofrimento e amplia o debate sobre infância e cuidado, ao demonstrar que

o problema não reside apenas na ausência de proteção, mas nos modos normativos pelos quais a adaptação é exigida e valorizada desde cedo.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a produção do sofrimento psicossocial a partir de um caso singular de infância marcada por cuidado contínuo, adaptação precoce e ausência de abrigo subjetivo, formulada narrativamente como falta de casa interna. Ao operar o caso como analisador, e não como exemplar generalizável, foi possível evidenciar como determinadas formas socialmente legitimadas de produzir infância podem engendrar sofrimentos duráveis, silenciosos e pouco reconhecidos no campo social.

Os dados mostraram que o sofrimento analisado não decorre da ausência de cuidado ou de eventos traumáticos clássicos, mas da forma normativa como o cuidado se organizou. O cuidado contínuo, ao capturar a experiência infantil, limitou a possibilidade de elaboração da falta, da dependência e da separação. Nesse contexto, a adaptação precoce emergiu como critério moral de valor, orientando o funcionamento subjetivo desde a infância e produzindo um modo de existir centrado no desempenho, na antecipação das expectativas alheias e no silenciamento afetivo.

22

Como efeito durável desses processos, os resultados evidenciaram a constituição de um desamparo silencioso na vida adulta, expresso pela dificuldade de habitar vínculos estáveis como espaço de repouso e pertencimento. A ausência de casa interna não se apresentou como carência objetiva de relações, mas como impossibilidade subjetiva de sustentá-las como abrigo. Esse sofrimento, por não se manifestar de forma disruptiva, tende a permanecer invisível e deslegitimado, sendo frequentemente interpretado como falha individual ou dificuldade de adaptação.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para a Psicologia Social crítica ao deslocar a compreensão do sofrimento psicossocial de uma lógica centrada na falta de cuidado para uma análise dos efeitos normativos do próprio cuidado. Ao evidenciar que infâncias consideradas funcionais podem produzir sofrimento, o artigo tensiona modelos hegemônicos de infância e amplia o repertório analítico para compreender sofrimentos que se organizam pela hiperadaptação e pelo silêncio, e não pela ruptura.

Metodologicamente, a pesquisa reafirma a potência do estudo de caso e da narrativa autobiográfica como dispositivos analíticos capazes de tornar inteligíveis processos sociais

amplos a partir da singularidade. O caso analisado não pretende representar todas as infâncias, mas permite interrogar uma forma específica de produção social da infância e seus efeitos psicossociais.

Como implicação, os achados sugerem a necessidade de problematizar práticas, discursos e políticas de cuidado que operam sob a lógica da estabilidade e da funcionalidade como valores absolutos. Reconhecer a dependência, o conflito e a falta como dimensões constitutivas da experiência infantil não implica defender a precarização do cuidado, mas questionar seus excessos normativos e seus efeitos silenciosos sobre a subjetividade.

Por fim, este estudo aponta para a relevância de pesquisas futuras que investiguem outras configurações de cuidado e adaptação, bem como estratégias de simbolização e elaboração do sofrimento psicossocial produzido em infâncias normativas. Ao trazer à cena um sofrimento pouco nomeado, o artigo contribui para ampliar o debate sobre infância, cuidado e saúde mental em uma perspectiva crítica, situada e comprometida com a complexidade da experiência humana.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p. 23
- BOWLBY, John. *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 182 p.
- BURMAN, Erica. *Deconstructing developmental psychology*. 3. ed. London: Routledge, 2017. 336 p.
- DIMENSTEIN, Magda. A prática psicológica e o desafio da inclusão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 14–25, 2000.
- DIMENSTEIN, Magda; SILVA, Luciana Kindermann da. Psicologia, políticas públicas e modos de subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, e161584, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 176 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008. 288 p.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009. 236 p.
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides et al. Psicologia social crítica e políticas públicas: desafios contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, e215019, 2020.
- HERMAN, Judith Lewis. *Trauma e recuperação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 312 p.



RIESSMAN, Catherine Kohler. *Narrative methods for the human sciences*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008. 264 p.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise ético-política do sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. 176 p.

TRONTO, Joan C. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993. 228 p.

WINNICOTT, Donald Woods. *The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development*. London: Hogarth Press, 1965. 286 p.